



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia quatorze de maio de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, Maria Ângela Dias Lima Pereira – Vice-Presidente e Leci Alves Campos – Secretário Ad Hoc. O Senhor Presidente: “com a ausência do Secretário Nélio Aurélio, convido o vereador Leci Campos para secretariar nesta noite”. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Nélio Aurélio de Souza. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que as Atas das Reuniões Solene do dia vinte e nove de abril e Ordinária do dia cinco de maio de dois mil e quinze foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Do vereador Nélio Aurélio de Souza, Secretário da Mesa Diretora: Justificativa de ausência na reunião ordinária do dia 14 de maio de 2015, por motivo de força maior. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, se o senhor me permitir, eu só gostaria de fazer um comunicado de uma correspondência que eu recebi. Prezados vereadores, público presente, eu gostaria de comunicar que eu recebi uma correspondência da Secretaria de Meio Ambiente comunicando que a academia ao ar livre já vai ser instalada, estavam só aguardando a chegada dos novos equipamentos que



chegaram hoje. Então, eles já vão instalar a academia lá. É porque a gente está sendo cobrado, eu acho que você também, não é vereador Fausto? Também deve estar sendo cobrado a respeito disso. E eu também estava sendo cobrada e eles me responderam que já vão ser instaladas, eles vão só esperar o evento que vai ter do Meio Ambiente e, logo após, vai estar tudo instalado, inclusive um parque infantil. E também da Secretaria de Esportes, vereador José Guedes, a academia lá do BNH também já está sendo providenciada para instalação lá no BNH". O vereador Fausto Niquini Ferreira: "eu tenho, inclusive, um requerimento aí pedindo a instalação daquela academia lá no Parque Municipal Rego dos Carrapatos. Então, eu gostaria que tirasse, pode tirar o requerimento porque a senhora já passou a informação. Ali eu sou cobrado todos os dias, viu vereadora? Porque ali é local que...". A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: "você caminha lá". O vereador Fausto Niquini Ferreira: "eu adoro aquilo ali, toda manhã eu estou ali fazendo uma caminhada". A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: "quando eu pedi, eu sabia que o senhor também já devia estar atento a isto porque o senhor sempre cobrou mesmo a instalação desta academia lá. Obrigada, Presidente". O Senhor Presidente: "eu gostaria de fazer uma pergunta para a senhora, tem outros locais na correspondência?". A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: "onde que vai ser colocado?". O Senhor Presidente: "é, as academias em quais bairros". A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: "pois é, uma no Rego dos Carrapatos e a outra lá no BNH, mas a do BNH ainda está sendo adquirida porque aquele nosso projeto que nós fomos agraciados com o nosso Deputado João Vítor Xavier, os recursos ainda não chegaram, mas eles já estão tomando providências que logo vão fazer a aquisição



com o dinheiro do município e logo que chegar o recurso que foi garantido pelo Deputado João Vítor Xavier, eles vão colocar nos bairros que a gente solicitar”. O Senhor Presidente passou a Presidência à Vice. O vereador José Guedes: “eu venho lutando com a prefeitura e com o Deputado João Vítor Xavier, que esta promessa é antiga, a colocação das academias nos Bairros Matadouro, Chácara dos Cristais, José de Almeida e Vila São Luiz. Então, eu fico muito decepcionado pelo fato de estas quatro academias, se não me falha a memória, a verba destas quatro academias veio no ano passado e perderam o prazo na prefeitura. Então, eu tenho lutado incansavelmente porque a gente vê que a academia ao ar livre é um sucesso em Nova Lima e eu sou um dos primeiros vereadores que solicitei, requeri, corri atrás, fui em Belo Horizonte, para ficar por conta da prefeitura somente a colocação e espero que coloquem porque está demorando demais e o povo cobra. Obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “antes de devolver a palavra ao senhor, Presidente, só falar que a do Rego dos Carrapatos é uma medida compensatória, não está incluída nas academias que nós conseguimos através do Deputado Estadual João Vítor Xavier”. O vereador José Guedes reassumiu a Presidência. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 300/2015, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Diogo Albernaz Dias Vieira”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, queria pedir ao senhor que consultasse o Plenário se podia colocar a dispensa de interstícios, da Comissão Especial, e colocar em votação hoje, por favor. Obrigado, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente:



“consulta o Plenário sobre a solicitação do vereador Alessandro Bonifácio. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 305/2015, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Geraldo Luiz dos Santos”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Flávio de Almeida, Gilson Antônio Marques e Leci Alves Campos, para emissão de parecer. 3) Projeto de Decreto Legislativo nº 306/2015, autoria do vereador José Guedes, que “Confere o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Gustavo Albergaria de Magalhães”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Flávio de Almeida, Gilson Antônio Marques e Leci Alves Campos, para emissão de parecer. 4) Projeto de Decreto Legislativo nº 307/2015, autoria do vereador José Guedes, que “Confere o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. José Irineu”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Flávio de Almeida, Leci Alves Campos e Gilson Antônio Marques, para emissão de parecer. 5) Projeto de Decreto Legislativo nº 308/2015, autoria do vereador José Guedes, que “Confere o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. José Cornélio da Cunha”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Leci Alves Campos, Gilson Antônio Marques e Flávio de Almeida, para emissão de parecer. 6) Projeto de Lei nº 1.496/2014, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre as regras para a permissão de uso de bens e espaços públicos visando o exercício de atividades econômicas e comercialização de produtos em vias e áreas



públicas por meio de equipamentos, e dá outras providências”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu gostaria que o senhor consultasse o Plenário para que a gente possa fazer parecer conjunto deste projeto”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Flávio de Almeida. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. O vereador Flávio de Almeida: “obrigado”. O Senhor Presidente: “encaminho o Projeto de Lei 1.496 à Comissão de Legislação e Justiça e demais comissões... Serviços Públicos, Legislação e Justiça, Serviços Públicos”. O vereador Leci Alves Campos: “só conferindo, Senhor Presidente, é a Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Serviços Públicos Municipais e Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a minha solicitação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei 1.496 às Comissões citadas pelo nosso Secretário Leci Campos”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, perdão, é só porque eu não entendi, a solicitação que o senhor está falando é a mesma do Flávio, é isso?”. O Senhor Presidente: “é isso”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “ah, não, beleza, é porque ele falou ‘sobre a minha solicitação’, eu fiquei meio perdido”. O Senhor Presidente: “vou incluir em pauta o Projeto 1.516/2015 e solicito a permissão do Plenário para que a gente inclua em pauta nesta noite o Projeto 1.516. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado”. O Senhor Secretário proferiu leitura do Projeto de Lei 1.516/2015, autoria Poder Executivo, que “Dispõe sobre a desafetação da área institucional que especifica, autoriza a sua doação onerosa à PROMED Assistência



Médica Ltda., além de dar outras providências”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu gostaria que o senhor consultasse o Plenário também para que neste projeto fosse feito parecer conjunto pela importância do projeto, por favor”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do nobre vereador Flávio de Almeida. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Mandarei o projeto para as comissões”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, eu estive com o Assessor de Infraestrutura porque eu já tenho cobrado aqui na Casa o projeto de lei de anistia que chegou nesta Casa no dia vinte e dois do um de dois mil e quinze, e até hoje ele não foi apreciado pelo Plenário. E cobrando do assessor, ele me falou que o senhor enviou uma correspondência ao Secretário de Planejamento, Geraldo Magela, solicitando mais informações para poder colocar o projeto em votação. Aí, eu tomei a liberdade de procurar o Secretário Geraldo Magela e ele me informou que no dia oito de abril de dois mil e quinze ele protocolou nesta Casa todas as informações que foram solicitadas para a gente poder apreciar este projeto. Então, é um projeto que já foram mais de cento e vinte dias que se encontra na Casa e até hoje nós não apreciamos esse projeto. Então, isso está me preocupando porque são projetos que estão na Casa de interesse social e nós não estamos apreciando e tem que ser apreciado pelos vereadores. Então, eu gostaria que o senhor olhasse com o nosso Assessor de Infraestrutura a possibilidade de a gente já estar analisando este projeto, ele já está realmente muito atrasado. E eu gostaria também de saber a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias que já se encontra nesta Casa, nós temos que analisá-la dando parecer até trinta de junho. Então, a



gente precisa de saber, inclusive, a Presidência da Comissão de Orçamento, eu gostaria, sabe vereador, que o senhor olhasse isso com carinho especial para a gente ter um tempo realmente que a gente possa analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias que para mim é a maior lei que a gente discute aqui nesta Casa”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “se está na Casa ainda não chegou à Comissão de Orçamento, ainda não a recebi. Também estou no aguardo desta lei”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “já está na Casa, viu vereador. Então, eu acho que como presidente da comissão, o senhor já pode se inteirar e pedir uma cópia para cada vereador para que a gente já possa começar a fazer uma análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Obrigada, Presidente”. O Senhor Presidente passou a Presidência à Vice. O vereador José Guedes: “sobre o projeto de anistia, nós achamos por bem juntamente com o Jurídico desta Casa pedir mais informações. Realmente, o Jurídico da Câmara, os Assessores da Câmara estão imbuídos de encaminhar realmente para o andamento devido deste projeto, mas este projeto tem falhas grotescas. Eu como Presidente da Câmara já conversei com vários vereadores, nós não podemos concordar de maneira nenhuma que o total, o preço, trinta mil reais, a gente não consegue comprar em Nova Lima um barracão por trinta mil e setenta metros quadrados. Então, nós estamos imbuídos sim, nós não estamos com pressa porque nós temos que fazer as coisas corretas para defendermos principalmente os mais carentes. Nova Lima, pelo o que eu sei, noventa por cento de nossas moradias são ilegais, se não for mais. É um projeto realmente complicado e nós estamos trabalhando em cima disso aí. A senhora pode ficar tranquila que no momento oportuno, não deverá demorar mais, nós vamos colocar



realmente em pauta. Quanto à LDO, foi citado pela senhora que há muito tempo, parece que foi na reunião passada, que este projeto se encontrava na Casa e não é verdade, este projeto chegou na Casa esta semana. Então, vou encaminhar na próxima reunião, a gente vai sentar com as pessoas do Jurídico para a gente olhar, como a senhora disse é a mais importante, tem que olhar com carinho e nós estamos trabalhando muito, não para travar nada aqui na Câmara, a gente está trabalhando em prol de Nova Lima com muito afinco, e nós estamos tentando não errar. Então, a gente vai sim, no momento oportuno, a gente vai trabalhar em cima disso aí. Tem pessoas aqui realmente competentes. Agora, eu volto a dizer: este projeto chegou, foi citado aqui que há muito tempo, este não, este chegou parece que segunda ou terça-feira”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “devolvo a Presidência ao vereador José Geraldo Guedes. Se o senhor me permitir, quando o senhor disse que o senhor já está discutindo com vários vereadores a lei de anistia, eu gostaria que o senhor estivesse discutindo com todos os vereadores e não com um grupo de vereadores. O senhor falou que alguns vereadores acham que ele não é conveniente ainda entrar, mas eu gostaria que o senhor nos chamasse, todos os vereadores, para que a gente já pudesse estar fazendo uma análise desse projeto, que nós também somos vereadores e temos que ter a oportunidade de estar discutindo esse projeto, mesmo que seja fora do Plenário. Obrigada”. O Senhor Presidente: “vou responder a senhora que eu não disse vereadores, eu disse assessores e o Jurídico, eu tenho certeza absoluta”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não, quando o senhor for ver a Ata...”. O Senhor Presidente: “nós vamos ver a gravação”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “na Ata, o senhor vai ver o que o senhor falou”. O



Senhor Presidente: “eu tenho certeza que eu não falei, vereadora, eu falei o Jurídico e os assessores competentes”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. Só concordando com a vereadora Ângela ali, se possível, já que é polêmico, eu também gostaria de, independente de entrar em pauta, até de olhar antes. Eu tenho informações sobre este projeto dadas do Executivo, mas é só informação de boca também. Então, até por algumas questões que eu também entendo que são polêmicas, o projeto entrando a gente vai correr um risco aqui porque a gente coloca emenda e depois o prefeito veta e a emenda é derrubada, então, o melhor é que fosse corrigido antes e se a gente puder tomar conhecimento deste projeto antes eu gostaria, se eu puder”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também gostaria de me manifestar com relação aos dois projetos. Com relação à LDO, eu compreendo que se ele entrou essa semana, não sei, a vereadora Ângela deve ter conhecimento disso melhor e com certeza o Senhor Presidente também. Mas especificamente com relação ao outro projeto, Senhor Presidente, eu sinceramente, eu vou ser honesto com o senhor, eu posso estar errado, eu não tenho conhecimento do Regimento da Casa, se tem alguma coisa, algum dispositivo lá de que à medida que este projeto entre na Casa que ele tenha que circular nos gabinetes, mas veja bem. Eu acho que é uma questão até de bom senso, para a gente fazer a discussão e uma discussão mais rica porque eu fico imaginando quando a gente às vezes ouve falar assim ‘ah, o projeto está sendo votado a toque de caixa’. Esse, por exemplo, ainda que eu entenda que o senhor tem uma assessoria e que essa assessoria está dando um suporte para a Presidência da Casa com relação à legalidade do projeto e a todas as questões,



mas poxa, o vereador só vai tomar conhecimento do projeto depois que a assessoria toda jurídica tiver o conhecimento, e aí porque que a gente não pode pegar este projeto, dar uma olhada nele, contribuir, sabe? Eu penso que eu, por exemplo, no meu gabinete eu tenho advogados que podem me ajudar muito e aí é uma contribuição que a assessoria do meu gabinete vai fazer para mim, enquanto vereador, do ponto de vista de que vamos que ele entre aqui e vai tramitar rapidinho, a gente não vai ter essa mesma possibilidade que a Presidência tem de fazer esta análise. Então, eu penso que ainda que seja, Senhor Presidente, o senhor pegar o projeto e devolver ele para o Poder Executivo, eu não entendo o porquê de o vereador não poder ver um projeto que é da Casa, que é para discussão na Casa, sabe? Eu fico tentando entender porque o vereador não teve acesso ainda a esse processo. Então, eu gostaria muito de pedir o senhor que ainda que a Assessoria Jurídica da Casa vá fazer uma análise, mas não consigo entender onde que está o que impede de o vereador analisar este projeto também, aliado à Assessoria Jurídica e dar a contribuição dele, a menos que a Presidência da Casa acredite que os vereadores não tem competência de fazer esta análise, aí é diferente. Mas eu fico preocupado com isso”. O Senhor Presidente: “eu vou dizer para o senhor que o projeto foi devolvido para a prefeitura e eu tenho certeza que o máximo na próxima semana nós vamos colocar em pauta desde que a prefeitura, as pessoas incumbidas devolvam o projeto para a Câmara citando a nossa solicitação adequada”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura do Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.517/2015, que “Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno em qualquer estabelecimento e dá outras providências”. A comissão emitiu



parecer favorável à tramitação do projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 300/2015, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Diogo Albernaz Dias Vieira”. Em única votação, aprovado por nove e encaminhado à promulgação.

2) Projeto de Lei nº 1.506/2015, que “Dispõe sobre a proibição do tráfego de caminhões e veículos pesados durante o “horário de pico” em Nova Lima”. Em discussão, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, eu gostaria de pedir vista nesse projeto”. O Senhor Presidente: “concedida vista à vereadora Ângela Lima”.

3) Projeto de Lei nº 1.515/2015, que “Dispõe sobre a redução da carga de horário de determinados servidores públicos e dá outras providências”. Em segunda e última votação. Em discussão, o vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu queria fazer um pedido à Casa. Primeiro, conheço o Regimento da Casa e sei de tudo o que ele fala, só para poupar alguns vereadores de me falarem sobre o Regimento, conheço ele do início ao final. E sei que o pedido que eu vou fazer também ele atinge o Regimento, mas também sou conhecedor que esse Plenário é soberano, ele define o que está no Regimento no momento que os senhores e a senhora vota, termina. Eu queria ver se o Senhor consulta esse Plenário, mas se algum vereador discordar eu retiro minha fala por completo. Tem uma senhora que pertence ao grupo BEN Especial, que é a senhora Cristiane Nunes. Ela me fez um pedido há algum tempo atrás e eu, por esquecimento, não por idade, eu faltei de passar para a Casa o pedido para que ela falasse. Será que seria permitido que esta Casa quebrasse a história, quebrasse o que ficou preso no passado e permitisse que ela fizesse uso da palavra um minuto? Será que seria



permitido?”. O Senhor Presidente: “vou consultar o Plenário. Os vereadores que concordam sobre a solicitação do vereador Flávio permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade, nove votos”. O vereador Flávio de Almeida: “posso deixar ela fazer uso da palavra?”. O Senhor Presidente: “é lógico”. A senhora Cristiane Nunes: “boa noite a toda Câmara, obrigada por esse minuto de fala. Vocês já conhecem a minha militância, não é? Sou carinha conhecida de vocês, e a nossa militância continua. Nós formamos a BEN Especial, Associação de Pais e Amigos de Deficiências Intelectuais e Autismo de Nova Lima. Então, agora, vocês não vão me ver mais sozinha gritando, vocês vão ouvir mais vozes para essa causa. Independente do cargo de vocês, de vereadores, vocês, como cidadãos, como pessoas, todos podem abraçar essa causa. Inclusive eu estou de mal de muitos de vocês porque nós pedimos, anteriormente, uma Audiência Pública a respeito da privatização da Faenol e do não fechamento do Ana, e nós não conseguimos, nós fizemos o pedido e não foi liberado, e acabou que os nossos filhos foram para as escolas regulares, de forma arbitrária, ficando dos duzentos e dezoito alunos, somente vinte e um alunos no Ana Nascimento. Então, eu estou magoada com relação a isso. Mas hoje, em especial, eu estou representando a Associação BEN Especial, alguns pais estão aqui e eu sou servidora da prefeitura de Belo Horizonte, eu fiz um concurso público de quarenta horas, sou psicóloga do SUS, lá. E lá já existe uma lei municipal há mais de quinze anos que reduz a carga horária dos servidores públicos que possuem filhos com deficiência para vinte horas semanais ao máximo. Porquê? Porque a questão da deficiência intelectual, ela não vem sozinha, ela vem com comorbidades na maioria das vezes. Então, Síndrome de Down, eles têm



cardiopatas graves. Os autistas, eles têm problemas neurológicos graves, psiquiátricos graves. Então, na verdade, a gente vive em médicos, em tratamentos e ninguém, ninguém fica com os nossos filhos, não é? Nós temos que ter esse tempo para que a gente possa acompanhá-los nos tratamentos que é árduo, é uma luta árdua e ninguém quer fazer isso por nós. Não tem tio, não tem avô, os pais não conseguem fazer e nós precisamos dessa carga horária reduzida. E para, além disso, infelizmente, os maiores especialistas, os cardiologistas, os psiquiatras, eles não atendem pelo SUS, a maioria são particulares ou por convênio. Então, na lei também diz da necessidade que tenhamos um benefício em dinheiro, para quê? Para a gente poder pagar esses atendimentos, esses médicos especializados que não estão no SUS. Então, os nossos remédios são mais caros, os nossos tratamentos são mais caros e, além disso, a maioria das mães e dos pais são deprimidos porque o nosso nível de stress, o nosso nível de insônia é muito grande. E, ao mesmo tempo, a gente não pode viver de DPC 48:13 porque a gente precisa trabalhar, a gente precisa ser útil. Então, eu peço encarecidamente a sensibilização dessa Câmara com relação à essa causa que eu acho que é muito óbvia. Outros vários municípios brasileiros já concederam e mais do que isso, o que eu estou percebendo... Eu sei que não é da conta de vocês, mas como cidadão, é da conta de todo mundo, que muitas das vezes vocês aprovam a lei, vocês estão conosco, mas essas leis não são executadas, elas não são praticadas. Então, eu tenho uma lei a respeito da deficiência do autismo, dos direitos dos deficientes, que eu vim aqui, vocês aprovaram em 2012 e, até hoje, essa lei não foi executada. Então, nós estamos relegados, nós estamos órfãos dessas práticas contra os mais vulneráveis que



são os deficientes intelectuais e autistas de Nova Lima. Então, eu peço socorro a vocês como mãe e representando todos os funcionários que estão na mesma situação. Ok? Muito obrigada”. Em segunda e última votação, o projeto foi aprovado por dez votos e encaminhado à sanção. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: O Senhor Presidente: “pediria o Secretário para ler um pedido de urgência do vereador Flávio de Almeida que teve oito assinaturas dos vereadores”. 1) De autoria do vereador Flávio de Almeida: “Nova Lima/MG, 12 de maio de 2015. Requerimento vereador Flávio de Almeida. Pedido de urgência. Com a minha cordial visita, solicito ao ilustre Presidente desta Casa Legislativa o adiamento da reunião ordinária de hoje, dia 12/05/2015, para o dia 14/05/2015, 5ª feira, às 18h, uma vez que não poderei comparecer à reunião de hoje, dia 12/05, sendo que há projeto de minha autoria na pauta de hoje, com absoluto interesse da municipalidade. Respeitosamente, requeiro o acatamento do meu pedido de adiamento, com a devida comunicação a todos os ilustres vereadores desta Casa Legislativa. Atenciosamente, Vereador Flávio de Almeida”. O Senhor Presidente: “em discussão o requerimento. Em votação. É requerimento, eu vou votar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente...”. O Senhor Presidente: “já foi aprovado, é um requerimento do vereador Flávio de Almeida com oito assinaturas”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, mas é para adiar uma reunião que já passou”. O Senhor Presidente: “mas eu estou apresentando o requerimento dele para confirmar. Eu estou confirmando”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, isto está errado”. O Senhor Presidente: “eu não estou errado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “está errado sim”.



O Senhor Presidente: “eu não estou errado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “como que eu posso aprovar o adiamento de uma reunião que já passou, Senhor Presidente?”. O Senhor Presidente: “foi uma solicitação do vereador Flávio de Almeida...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o Senhor me perdoa. Regimentalmente está errado, eu não aceito isso. Eu concordei com o vereador, assinei para a gente adiar a reunião, agora, votá-la em um requerimento em uma reunião depois que já passou, aí eu não aceito”. O Senhor Presidente: “é porque não teve unanimidade”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “e se votar contra, como é que vai fazer? O Senhor vai voltar o tempo e vai fazer a reunião?”. O Senhor Presidente: “eu vou colocar em votação, se o senhor quiser votar contra, o senhor vota contra”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de Ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “teve muita polêmica nesta Casa. Uma coisa que o vereador Flávio está de parabéns por querer participar dessa reunião. É um hospital que está vindo para Nova Lima, que dará dez por cento de assistência total do hospital ao povo de Nova Lima, gratuito. Eu não vejo polêmica nisso não. Então, nós trabalhamos nisso aí, a Câmara tem que parar com coisas que vão beneficiar a comunidade nova-limense. Vai pagar o terreno, três milhões e seiscentos, a Promed, não é gratuito, e vai dar dez por cento para o povo de Nova Lima. Isso dificilmente acontece na saúde. Então, Flávio, você está de parabéns, você...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não é esse o projeto, Presidente”. O Senhor Presidente: “não é projeto, é um requerimento. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de Ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “vou voltar a



palavra para o senhor. Em votação...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “se o Senhor me permitir, é em cima do que o Senhor está falando”. O Senhor Presidente: “em discussão, pronto”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, eu acredito que a intenção do Senhor tenha sido endossar uma decisão que já foi tomada. Apenas, vereador Silvânio... Eu acredito que a intenção foi essa, de endossar uma decisão que foi tomada, mas foi tomada pelo colegiado, mas nos bastidores. Então, como teria que ser uma decisão dentro da reunião, aí a questão é endossar o que já foi decidido, só para ficar registrado. A ideia era mais ou menos essa, Senhor Presidente. O vereador Silvânio tem razão, não é bem um requerimento, é para endossar uma decisão que já foi tomada e deixar registrado em Ata com a concordância de todos. Acho que é mais ou menos isso”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é só uma justificativa de uma decisão que foi tomada”. O senhor Presidente: “aqui fala requerimento do vereador Flávio de Almeida. Mesmo que tenha passado, eu queria oficializar. Senhores vereadores, eu quero oficializar porque isso aqui deu muita confusão na Casa sem motivo. Eu estou defendendo o vereador Flávio aqui pela sua boa vontade de participar hoje pedindo a mudança. Essa Câmara tem que parar... Quando uma coisa for beneficiar toda a cidade... Eu não estava na Câmara, mas eu fiquei sabendo de críticas injustas contra essa Presidência. Estou procurando trabalhar, estou atendendo os vereadores. Eu não vejo crime nenhum, eu atender o vereador Flávio para ter o adiamento de uma reunião que o senhor gostaria de participar dessa votação. Eu não vejo isso aí. Então, nós temos que parar de fazer críticas indevidas. Eu estou procurando trabalhar correto aqui e vou continuar atendendo às solicitações dos



vereadores desde que seja oficial”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu fui citado pelo vereador André Luiz e eu quero só deixar claro algumas coisas. Primeiro, esse pedido de adiamento da reunião e o advogado da Casa está aqui atrás do Senhor e essa reunião está sendo gravada para a cidade inteira, eu acredito que ele não vai querer deixar jogar o Presidente na fogueira. Isso foi feito em tempo hábil. Eles me ligaram, falaram ‘Silvânio, nós vamos adiar a reunião. Você assina?’ . ‘Assino’. Tem minha assinatura lá. Em momento nenhum eu estou contra esse projeto, eu não sei por que o Senhor está levando esse projeto como tema da reunião, eu não estou entendendo isso”. O Senhor Presidente: “eu não estou falando para o senhor, eu não citei nome aqui”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “mas eu não falei que o Senhor falou meu nome, eu estou falando do projeto. Eu sou a favor do projeto, vou votar a favor do projeto depois de analisá-lo. Eu só estou aqui tentando entender como que eu posso votar um requerimento de pedido de adiamento de reunião, depois que a reunião já aconteceu, Senhor Presidente. Isso vai para a rua, eu não quero virar chacota na rua não”. O Senhor Presidente: “não é chacota não, o senhor vota contra. O senhor não quer votar, vota contra”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, Questão de Ordem. Só para a gente fazer uma correção, é porque o momento que eu fiz esse pedido, eu fiz ele em um momento... É requerimento porque ele está fora de Plenário, mas é um requerimento ao Presidente da Casa. Então, quando ele concedeu, então, no dia de hoje a gente deveria ratificar o pedido para tornar o pedido oficial. É só a gente fazer esse parecer ser ratificado em plenário, nesse momento. Não tem dificuldade não”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “só que eu só não vou também admitir,



assim também como o vereador Silvânio Aguiar, fazer em relação ao projeto do Promed porque ele não estava na pauta do dia”. O vereador Flávio de Almeida: “não, pois é, não”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “pois é, então não. Não vamos...”. O vereador Flávio de Almeida: “deixa eu terminar, vereadora. Deixa só eu terminar que a senhora vai entender”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu vou entender. Espere aí, vereador”. O vereador Flávio de Almeida: “não, é só para a senhora entender...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não, eu estou entendendo perfeitamente”. O vereador Flávio de Almeida: “é só para eu entender... É só para a senhora... Aqui, eu devolvo a palavra para a senhora. É porque a discussão é o hospital, mas o pedido que eu fiz foi em relação à redução de carga horária. Então... É só um problema... É... Foi só um probleminha porque o Presidente não... No momento em que ele falou...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não tem nada a ver com o Promed”. O Senhor Presidente: “é que o senhor queria participar... O senhor não pode naquele dia...”. O vereador Flávio de Almeida: “só para eu terminar...”. O Senhor Presidente: “o senhor gostaria de votar o projeto”. O vereador Flávio de Almeida: “gente, Ângela, é só para a senhora entender aonde eu quero chegar. É porque nesse momento hoje... Só para vocês entenderem, é só a gente fazer a leitura e ratificar. É só isso, não precisa...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vereador Flávio, eu entendo perfeitamente, é uma ratificação de uma decisão que já foi tomada. Só que eu não posso aceitar é falar que o senhor queria participar da votação de um projeto de grande alcance social que é a vinda do Promed. Não era, não é isso. O projeto é esse que foi votado hoje segunda votação”. O vereador Flávio de Almeida: “da carga horária”. A



vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “da carga horária”. O vereador Flávio de Almeida: “é esse o projeto”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é esse aí. Não é Promed, não é Promed. É tanto que o Promed só entrou nesta Casa de novo, porque ele já tinha vindo uma vez, foi retirado pelo Executivo e chegou na Casa hoje de novo. É só isso, só isso”. O vereador Flávio de Almeida: “isso. É só a gente ratificar”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “e o vereador Silvânio Aguiar está coberto de razão, é isso mesmo, não temos que votar esse requerimento não”. O Senhor Presidente: “eu vou colocar em votação. Terminada a discussão, vou colocar em votação. Os vereadores que concordam...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “ratificação, não é, Senhor Presidente?”. O Senhor Presidente: “permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “a ratificação, não é requerimento não”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado por sete votos, contra dois votos”. O vereador Gilson Antônio Marques: “justificativa de voto, Senhor Presidente, eu queria justificar o meu voto”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Gilson Marques. Senhor vereador, eu gostaria de dar mais um minuto de explicação. O vereador Flávio, vou repetir novamente, batalhou o tempo todo sobre o Promed, que é um ótimo...”. O vereador Flávio de Almeida: “mas é o... Não entendi”. O Senhor Presidente: “não adianta o senhor dar tapa na mesa não, vereador, porque eu estou com a palavra. O senhor não sabe o que eu vou falar, a explicação. O senhor está querendo tumultuar a reunião, não vai tumultuar. É do feitio do senhor querer tumultuar. O vereador Flávio... me pediu o adiamento. Correu atrás. Na terça-feira ele não pôde comparecer. Ele me pediu que gostaria que esse projeto



entrasse hoje em pauta e que ele gostaria de estar aqui porque foi um grande batalhador. Pessoas tentando atrapalhar, vereador tentando atrapalhar”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “isso eu não vou admitir não, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “vereador tentando atrapalhar... Não vai admitir, eu não estou citando nome da senhora. A senhora não está com a palavra, eu estou com a palavra, a senhora pede um aparte. Vereador tentando avacalhar esse projeto o tempo todo e parabenizo o senhor porque o senhor foi um grande vencedor. Encerrada a discussão, próximo requerimento”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o Senhor não pode encerrar. O Senhor falou que vereador está tentando atrapalhar e eu não estou. Eu não estou”. O Senhor Presidente: “a senhora não está com a palavra. Quem está com a palavra é o vereador Gilson. A senhora não está com a palavra, não atropela não”. O vereador Gilson Antônio Marques: “só pedi para justificar o voto. Eu voto a favor da ratificação desse adiamento da reunião porque eu entendo que o motivo pelo qual ela foi adiada que é esse projeto que fala da redução da carga horária, parece que houve só uma pequena confusão aí do por que deixou. Para a minha concepção, ele é muito maior do que o projeto do hospital porque envolve pessoas que já vivem o problema nas famílias e não os que estão por vir”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é só endossar aqui que eu também estou votando a ratificação de um pedido que foi feito em cima desse projeto, que o vereador Flávio foi no meu gabinete e ele me comunicou da situação que ele não poderia estar e que já havia um compromisso com o pessoal, inclusive, nós participamos também da discussão do processo todinho, fomos totalmente favoráveis, claro. Até porque a gente



sabe, entende a situação e a necessidade, principalmente diante do quadro que se encontra o município e essas pessoas precisam ser beneficiadas. Então, eu estou ratificando também em cima disso aí. Só isso. Obrigado”. O Senhor Presidente: “para finalizar, o vereador Flávio é testemunha que ele me disse que gostaria também de votar nessa quinta-feira sobre o projeto do Promed. Encerrada a discussão, próximo requerimento, Leci Campos”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “mas o Senhor não pode encerrar a discussão não porque nós temos que falar”. O Senhor Presidente: “está encerrada a discussão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “porque o Senhor falou que tem vereador contra esse projeto”. O Senhor Presidente: “eu não citei o nome da senhora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o Senhor não pode falar isso”. O Senhor Presidente: “próximo requerimento... Posso falar sim. Teve sim. E essa Câmara aqui tem que ter mais responsabilidade, de ter coragem de falar as coisas aqui dentro. Pediram... Levaram esse projeto lá na maior... vamos dizer assim, uma palavra grotesca: na maior sacanagem. Interesse próprio. Prejudicando o hospital que está pagando três milhões e seiscentos, o terreno não é gratuito e que dará dez por cento de atendimento para Nova Lima gratuito. Próximo requerimento, Leci Campos”. 2) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal o andamento do cumprimento da Lei nº 2455 de 08/09/14, que dispõe sobre o fornecimento de adoçante líquido aos portadores de diabetes da rede pública de saúde do município de Nova Lima. Aprovado, seis votos. 3) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal a colocação de placa indicativa de sentido Belo Horizonte no entroncamento das ruas Padre Américo



Coelho, Antônio Nicolau Wardi e Elógio Pimentel. Aprovado, seis votos. 4) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal o controle de retirada de banheiro químico próximo ao adro da Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar, às sextas-feiras. Aprovado, seis votos. 5) De autoria do vereador Gilson Antônio Marques: Requer que o Exmo. Senhor Cássio Magnani Júnior, Prefeito Municipal, providencie junto às secretarias competentes a construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Mingu neste município. Aprovado, seis votos. 6) De autoria do vereador Gilson Antônio Marques: Requer que o Exmo. Senhor Cássio Magnani Júnior, Prefeito Municipal, providencie junto às secretarias competentes a construção de uma praça pública no Bairro Alto do Gaia e que implante no local uma academia ao ar livre. Aprovado, seis votos. 7) De autoria do vereador José Guedes: Requer que esta respeitosa Casa envie moção de pesar para a família da Sra. Carmelita Penido de Barros pelo seu falecimento no dia 06 de maio de 2015. Em discussão, o vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, solicito ao Senhor que deixasse eu assinar com o Senhor esse requerimento de moção de pesar. Obrigado. Pela amizade que eu tenho lá com o Vítor”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu também gostaria de solicitar que eu faça a assinatura também dessa moção de pesar”. O Senhor Presidente: “perfeitamente, concedido”. Aprovado, seis votos. 8) De autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Prefeito Municipal a instalação da cobertura de ponto de ônibus na MG 030 próximo à Borracharia Pit Stop. Aprovado, seis votos. 9) De autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Prefeito Municipal a construção de passarela na Avenida



Esmeraldas em frente à Escola Municipal José Francisco da Silva. Aprovado, sete votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu tenho um requerimento verbal. Eu quero solicitar a regulamentação e sinalização gráfica horizontal de embarque e desembarque na frente dos postos de saúde da rede municipal, clínicas médicas, de fisioterapias e similares de Nova Lima. Justificativa. Senhor Presidente e nobres colegas, várias são as pessoas que, na busca de um tratamento médico, não têm como acessar com conforto e segurança os postos de saúde da rede municipal ou as clínicas, pelos inúmeros veículos estacionados ao longo das ruas. Uma medida humanitária para este problema seria reservar em frente a estes estabelecimentos uma vaga para embarque e desembarque destes pacientes muitas vezes idosos, deficientes, fraturados e com tantas outras dificuldades que a saúde fragilizada apresenta. Diante do exposto, solicito a aprovação de meus pares”. Aprovado, sete votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu ainda tenho agora uma manifestação. Eu fiquei maquinando aqui no meio da reunião se eu deveria fazer um requerimento e durante a semana eu vou estudar se eu faço esse requerimento ou não. Mas de qualquer maneira, eu quero deixar manifestado aqui, Senhor Presidente. É muito triste para esta Casa escutar da Presidência que tem vereador fazendo sacanagem”. O Senhor Presidente: “o senhor está falando fora de pauta...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “estou falando fora de pauta”. O Senhor Presidente: “está encerrado, ele está falando fora de pauta”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “obrigado, Leci, pela gentileza, viu? Assessoria muito boa a sua. De qualquer forma, Senhor Presidente, na semana que vem... O Senhor dizer que vereador está fazendo sacanagem é brincadeira”. O Senhor



Presidente: “o senhor tem que falar dentro da pauta. O senhor gosta de corrigir tanto aí e está falando fora de pauta. Não concedo. Encerrada a reunião, boa noite”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_